ATA

AUDIÊNCIA PÚBLICA DO OCTOGÉSIMO TERCEIRO PERÍODO LEGISLATIVO DA DÉCIMA PRIMEIRA LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA/RR, – PARA TRATAR SOBRE O PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DO MUNICÍPIO – LOA.

Às dez horas do dia vinte e seis de novembro de dois mil e quinze, no Plenário **"Estácio Pereira de Mello",** sito na Avenida Ene Garcez, número novecentos e noventa e dois, na cidade de Boa Vista, capital de Roraima, realizou-se a **Audiência Pública** do Segundo Período Legislativo de dois mil e quinze da Décima Primeira Legislatura da Câmara Municipal de Boa Vista, sob a Presidência do senhor vereador **ANTÔNIO ADBERTO RESENDE VERAS,** com a presença dos seguintes vereadores: **Aline Maria de Menezes Rezende Chagas, João Maria Mario Cesar Balduino, Manoel Neves de Macêdo, Mirian dos Reis Melo, Renato Andrade Queiroz e Sandro Denis de Souza Cruz. Presidente** cumprimentou todos os presentes, informou que a audiência era para tratar sobre o Projeto de Lei Orçamentária Anual – LOA, conforme **Requerimento Nº 067/2015**, de autoria da Vereadora **Sandro Baré;** convidou para comporem a Mesa dos trabalhos: senhor vereador **Sandro Denis de Souza Cruz, Renato Andrade Queiroz, Manoel Neves de Macêdo, Ricardo Matos** – Sindicato de Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis e dos Edifícios em Condomínios e Residências Comerciais do Estado de Roraima (SECOVI). Em ato contínuo declarou aberta esta Audiência Pública para tratar sobre o Projeto de Lei Orçamentária Anual, logo após convidou o autor do Requerimento para presidir a Mesa dos Trabalhos. Vereador **Sandro Baré** explicou o motivo da solicitação desta Audiência Pública, para averiguar e discutir minuciosamente juntamente com a sociedade civil organizada e competente, cumprindo a Lei complementar que no seu Artigo quarenta e oito prevê o debate. Disse que o orçamento está cotado para um bilhão, duzentos e sessenta e três milhões, e quarenta e dois mil reais que será aplicado no Município de Boa Vista em dois mil e dezesseis. Vereador **Renato Queiroz** disse que durante esta legislatura é a primeira vez que está sendo cumprida a Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina a Audiência Pública para os vereadores discutirem e debaterem junto à sociedade civil organizada, comunidade e órgãos competentes a destinação destes recursos. Obrigado. Vereador **Manoel Neves** declarou que a estimativa de recurso para o ano que se aproxima é suficiente para um bom desenvolvimento das secretarias suprindo suas necessidades e minimizando suas problemáticas. Agradeceu o empenho do Senador Romero Jucá, dos Deputados Federais Maria Helena e seus pares, pelos recursos conseguidos para o Município de Boa Vista. Obrigado. **Ricardo Matos** justificou sua presença dizendo que está cumprindo o que determina a Constituição Federal, que está acima da Lei de

Responsabilidade Fiscal, preconiza a participação da sociedade civil na construção da Lei de Diretrizes Orçamentária, Lei Orçamento Anual, Plano Plurianual. Explicou que no Orçamento da LOA, novecentos e sessenta e dois milhões é de receita corrente, ou seja, novecentos e sessenta e dois de recursos que são engaranhados de transferência espontâneas e de arrecadação, e de trezentos milhões de receita de capital que são convênios que vão acontecer no processo. Até o momento não foi identificado em nenhuma funcional o aumento de pessoal. Dentro do Orçamento da Secretaria de Educação e Cultura foram identificadas metas importantes, construção de bibliotecas, escolas, escolas indígenas, quadras poliesportivas, salas multifuncionais. Secretaria de Obras e Urbanismo foi encontrada duas funcionais de calçadas e construção meio fio. Secretaria de Meio Ambiente construção de meio fio e sarjeta é necessário aperfeiçoar as ações, definir a função de cada secretaria para que não haja sobreposição e o que lhe compete. Habitação deverá ser realizada pela a EMHUR que é o órgão responsável por esta ação, e não na Secretaria de Obras, daí deverá ser incluída a recuperação de áreas habitacionais dentre outros. Aquisição de Imóveis é de competência da secretaria de Administração. Secretaria Municipal de Trânsito aquisição de arma letal, implantação e sinalização de semáforos, serão necessárias acrescentar para deficiente. Disse que lhe causou preocupação quanta o valor da receita de dois milhões e alguma coisa de multa e de educação de trânsito cinquenta e sete mil reais, propôs que seja feita o inverso, para que sejam diminuídos os acidentes de trânsito. Vereador **Mário César** interpelou sobre a área destinada a implantação da Zona de Processamento de Exportação se está em boas condições de conservação, pois não se pode continuar vivendo da economia do contra cheque. Solicitou aos seus pares que analisassem a criação de um projeto de lei que garantissem a isenção fiscal aos empresários que fossem implantar as empresas em Boa Vista e desse prioridade a mão de obra local, aumentando a oferta de emprego e a arrecadação fiscal. Em resposta **Ricardo Matos** Zona de Processamento de Exportação para se instalar tem que ser criado um parque industrial, daí a prefeitura pode isentar o ISS e uma série de ações que lhe cabe. Disse que é uma boa área, localizada na entrada do Passarão, está contemplada abrindo oportunidade de geração de emprego e renda. Parabenizou esta Augusta Casa por ter aprovada por unanimidade à lei mil seiscentos e cinquenta e um, sancionada no dia anterior que dá incentivo ao Programa Minha Casa Minha Vida. EMHUR falou sobre a titulação fundiária deverá ser alocado mais algum recurso, nesta Casa está tramitando um projeto de lei de regularização de vilas e condomínios, solicitou celeridade porque é necessário ter regras para exigir do contribuinte o que consta na lei. Não está contemplada a construção da sede da EMHUR. Explicou que discorreu sucintamente em alguns tópicos devido o tempo estipulado. Lamentou a ausência dos demais empresários e autoridades competentes, esclarecendo que é questão cultural porque as pessoas não estão acostumadas a participar. Obrigado. Presidente **Sandro Baré** agradeceu a presença do amigo colaborador da Câmara Municipal de Boa Vista, que com muita competência e conhecimento esclareceu alguns tópicos, que lhes chamou atenção para uma minuciosa análise do projeto em questão. Em seguida leu o questionamento do senhor Alberto Chirone que perguntou se está previsto a instalação de energia solar. Em resposta **Ricardo Matos** disse que existe uma jurisdição que diz, a geração de energia compete o Estado ou União, o que cabe ao

Município é iluminação pública. Vereador **Mário César** leu o ofício encaminhado pela senhora Lindivalda Feitosa responsável pelo Conselho Municipal de Pessoas Idosas, solicitando empenho na garantia do orçamento para o fundo municipal do idoso. Vereadora **Aline Rezende** declarou está preocupada com as despesas fixadas na saúde, educação e urbanismo, secretarias que são prioridades para o bom funcionamento de uma sociedade. O valor destinado à secretária de saúde está baixo inviabilizando sanar com as problemáticas existentes nos hospitais e postos médicos conforme os relatos do dia a dia. Relatou o fato de sua empregada doméstica, que levou sua filha portadora da doença leishmaniose ao hospital Santo Antônio e demorou bastante para ser atendida, o medicamento receitado tiveram que pegar no posto médico do bairro Asa Branca. Vereador **Mário César** disse que em atendimento a solicitação da senhora Marluce pediria aos seus pares uma atenção para que seja inserido o recurso do fundo para criança e adolescente. Vereadora **Mirian dos Reis** explicou que esta é a hora de se fazer as emendas para o remanejamento dos recursos para saúde como tentativa de ter garantia no atendimento as indicações enviadas à prefeitura. **Presidente** solicitou aos nobres colegas que analisem minuciosamente a Lei Orçamentária e elaborem suas emendas. **Ricardo Matos** contribuiu com a discussão no sentido que o orçamento da secretaria de obras ela tem inserção de noventa e seis milhões de drenagem urbana, noventa e oito milhões do PAC, treze milhões de infraestrutura urbana e fortalecimento, na agricultura seis milhões e cem de abertura de vicinais e outros. Para a criação dos fundos da criança e do idoso é necessário uma legislação própria acoplada à secretaria afim permitindo a realizações das ações. Aterro Sanitário está previsto. Sugeriu aos vereadores que se desloquem até a secretaria de saúde municipal, solicitem as imagens do funcionamento do hospital online e acompanhem todo esse trabalho pelo celular. Afirmou que todas as denúncias que chegam ao conselho são averiguadas. Convidou os vereadores para participarem de uma sessão ordinária itinerante do conselho de saúde que acontecerá no dia trinta de novembro de dois mil e quinze, no bairro Cidade Satélite com aquela comunidade. Vereador **Edilberto Veras** falou da importância de se discutir a saúde e educação que são primordiais para uma sociedade. Disse que as farmácias populares foram criadas através do sindicato dos farmacêuticos e deveria ser adotada pelo município que teria resolvido à problemática de vencimento dos medicamentos e traria benefícios à sociedade. **Ricardo Matos** esclareceu que dos seis milhões destinados ao gabinete do vice - prefeito cinco milhões é destinado para a implantação da Zona de Processamento de Exportação. E não havendo mais nada a tratar o senhor Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a presente Audiência Pública. Boa Vista/RR, vinte e seis de novembro de dois mil e quinze. XXXX